

**Artigo**

## O discurso sobre a mídia nos entremeios da narrativa de Saramago

**Lucília Maria Sousa Romão**

Professora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, *campus* Ribeirão Preto, na área de Teoria e Análise Lingüística. E-mail: luciliamsr@ffclrp.usp.br.

**Resumo:** Nesse artigo, buscamos discutir, à luz da Análise do Discurso de filiação francesa, a mídia no contexto da sociedade contemporânea e o discurso jornalístico em sua instância ideológica, interpretando como ele instala um jogo de imagens, representações e o movimento dos sujeitos na teia de relatos cada vez mais velozes. O corpus desse trabalho é constituído por recortes da obra "*As intermitências da morte*", de José Saramago, que, dentre tantas possibilidades de leitura, discursiviza a presença da mídia e da voz dela nos entremeios de uma narrativa densa e metafórica.

**Palavras-Chave:** mídia, discurso jornalístico, sentido, sujeito, ideologia.

**Abstract:** In that article, we looked for to discuss, to the light of the Analysis of the Speech of French filiation, the media in the context of the contemporary society and the journalistic discourse in his/her ideological instance, interpreting like him installs a game of images, representations and the movement of the subjects more and more in the web of reports fast. The corpus of that work is constituted by cuttings of the work "*The intermittences death*" of José Saramago, that, among so many reading possibilities, discursivize the presence of the media and of his/her voice in the among-means of a dense and metaphorical narrative.

**Keywords:** media, journalistic discourse, sense, subject, ideology.

Porque as palavras, se não o sabe, movem-se muito, mudam de um dia para o outro, são instáveis como sombras, sombras elas mesmas, que tanto estão como deixaram de estar, bolas de sabão, conchas de que mal se sente a respiração, troncos cortados.

José Saramago

## **I) INTRODUÇÃO: A PALAVRA E A(S) SOMBRA(S) DELA(S)**

O presente trabalho almeja discutir a mídia e as condições de produção em que ela se inscreve socialmente na contemporaneidade, traçar considerações sobre o discurso jornalístico e interpretar como ele é discursivizado na narrativa “*As intermitências da morte*”, de José Saramago, com especial atenção voltada para a observação do movimento de imagens e representações desenhadas pelas palavras e, na torção delas, pela(s) sua(s) sombra(s).

Partimos do princípio de que a palavra faz sentido tanto pelo que diz quanto pelo que deixa de dizer, instalando efeitos a serem lidos tanto pelo/no corpo desenhado com as letras quanto pela/na sombra do que foi silenciado ao ser construído esse desenho. Nesse jogo entre a palavra e a(s) sombra(s) dela(s), temos um lusco-fusco de interditos, deslizamentos de sentido, implícitos, silêncios, efeitos de sentido que, ainda que aparentemente excluídos, estão lá a significar e instalar movimentos, reclamando interpretação. Assim como palavras e sombras movimentam-se de modo sempre outro, a narrativa jornalística também faz mover relatos sobre a realidade, altera dia-a-dia seus focos de interesse, aumenta a exposição de certos dizeres, diminui a de outros, faz crescer e circular imagens, representações e discursos sobre os acontecimentos da realidade; realidade esta que não está materializada no discurso jornalístico como fato puro, embora os princípios da informatividade, neutralidade e objetividade tentem nos fazer crer, mas, sim, como sombra, como versão,

como relato de algo atravessado por um imaginário construído socialmente que empresta à mídia os efeitos de eficácia, veracidade e transparência e transfere ao fato um selo de suposta importância e exatidão.

A assertiva de que a mídia contorna sombras, enunciando-as como se fossem retratos fiéis para os fatos últimos do mundo, convida o nosso olhar a interpretar a instância do político-ideológico, a saber, criando outros gestos de escuta e procurando “*atravessar esse imaginário, pelo político, e ouvir outros sentidos*” (ORLANDI, 2004, p. 30). No limite, é isso que tentaremos fazer nesse artigo.

## II) CONSIDERAÇÕES SOBRE A MÍDIA

Na perspectiva da Análise do Discurso de matriz francesa, ao buscarmos a compreensão dos processos de constituição da linguagem, é necessário levar em conta o contexto sócio-histórico, a saber, as condições de produção em que os dizeres foram inscritos, visto que a exterioridade é parte integrante do dizer e não algo que está na borda ou no entorno dele (PÊCHEUX, 1969). Nessa sessão, faremos considerações sobre a mídia no texto global a fim de investigar como a historicidade afeta a materialidade da língua e como as regiões de poder, dadas pela conjuntura sócio-histórico-ideológica, promovem a determinação de sentidos dominantes e é textualizada na narrativa “*As intermitências da morte*”, de José Saramago.

O encurtamento de distâncias e os intervalos de tempo caracterizam uma das muitas facetas da comunicação hoje, determinadas pelo processo de globalização. As fibras óticas e a arrancada tecnológica duplicam as infovias, de modo a facilitar um febril tráfego de mensagens e a definir o perfil do processo neoliberal (FIORI, 2001) de fluxo de mercadorias, informações etc, aparentemente sem barreira física ou fronteira obstaculante.

Mídia e as comunicações têm um papel central, talvez mesmo definitivo. A globalização econômica e cultural seria claramente impossível sem um sistema de mídia comercial global para promover os mercados globais e encorajar os valores de consumo (MCCHESENEY, 2003, p. 217).

É preciso marcar que os equipamentos de comunicação e transmissão de informações são apresentados na esteira rolante da velocidade com produtos de última geração, cada vez mais ousados, isto é, com as informações agora negociadas como mercadorias valiosas (BUCCI; KEHL, 2004). Um vigoroso campo de fusão e hibridização tecnológicas de máquinas fez com que o comércio de informações ganhasse fôlego longo, viabilidade econômica e pujança política, visto que há um imaginário que sustenta um sem-limite de potência diante de um mundo sem-limite de fronteiras. Isso apresenta, não apenas um novo cenário para a constituição dos dizeres, como também alavanca uma outra maneira de circulação dos mesmos (MORAES, 1998, p. 29).

Nesse sentido, a contemporaneidade, sustentada por um imaginário de potência derivado das “tecnologias digitais, multimídia”, repete em uníssono uma mensagem tida como inevitável e urgente: a ordem é entrar nas redes de informação para se comunicar, ser alimentado por notícias recentes, assistir à nova programação de entretenimento, ouvir as músicas de sucesso, conhecer e plugar-se em um mundo que está aberto dia e noite, por fim, ter acesso à navegação com dados simultâneos a sua ocorrência. Os portais eletrônicos, a programação televisiva, as estações de rádio, o correio eletrônico, as revistas semanais e os jornais diários com versões on-line, as atrações ao vivo promovem uma atualização permanente, criando a ilusão de um presente sem fim com fluxo contínuo de alimentação e de circulação, algo que Bucci (2004, p. 35) definiu como um “gerúndio interminável [...] que não tem começo nem fim”.

Assim, é tecido o imaginário de que o mundo permanece, dia e noite, em condição de tornar-se relato midiático a ser comercializado, de virar notícia prestes a ser narrada e distribuída, pois a todo minuto, é possível enviar mensagens eletrônicas para as redações de jornais, receber boletins das editorias, checar notícias ao vivo, participar de fóruns nas sessões do leitor, fazer consultas on-line, assistir a filmes e ou programas de entretenimento, ou seja, enquadrar o mundo na tela ou no impresso, instantaneamente. Segundo Dupas (2000, p. 60), a era da simultaneidade pode ser nomeada da seguinte maneira: “É o reinado do flash, do spot, do clip, que traduz em imagens e ritmos a relação estabelecida com o tempo.”

As condições de produção dadas pela infossociedade global constroem o ideário de que o século XXI não dorme. Os meios de comunicação fabricam notícias-novidades sempre prontas para o consumo, alargam a exposição de suas informações e seus serviços na prateleira do hipermercado global sempre à caça de audiência, melhor dizendo, de compradores. Não ingenuamente as corporações midiáticas especializam-se em fabricar a eterna novidade do mundo e a permanente inauguração do presente; não por acaso tais empresas farejaram a lucratividade dos negócios no setor, articulando estrategicamente monopólios com saúde financeira invejável e com círculos de difusão cada vez mais engenhosos.

Na tentativa de abocanhar um número sempre crescente de consumidores, tais corporações ramificam seu campo de atuação, abrindo-se em leques cada vez mais diversificados com negócios que vão: das páginas de jornal e revista, para programas televisivos, sites, filmes, fascículos, coleções, discos, cds, jogos eletrônicos, vídeos, serviços on-line, guias, produtos de entretenimento etc. A isso se relaciona o fato de que o setor de comunicação sempre foi (e ainda é) propriedade de grupos econômicos seletos, o que os faz mover seus passos apoiados na compulsão por lucros e, em

muitos casos, alimentados pelo capital internacional. Isso gera uma hibridação de interesses econômicos e políticos, que passa pelo que Santos (2000, p. 66) define a seguir:

A informação é centralizada nas mãos de um número extremamente limitado de firmas. Hoje, o essencial do que no mundo se lê, tanto em jornais como em livros, é produzido a partir de meia dúzia de empresas [...] Apesar de as condições técnicas da informação permitirem que toda a humanidade conheça tudo o que o mundo é, acabamos na realidade por não sabê-lo, por causa dessa intermediação deformante.

A questão político-ideológica que deriva daí não pode ser apagada, visto que o interesse do grande capital determina as fotografias, os textos, as manchetes, enfim a voz colada nas páginas impressas e eletrônicas, fazendo falar o que pode e deve circular no discurso jornalístico. Tocamos, assim, a questão do controle dos sentidos, que perpassa a constituição da mídia não com o sentido naturalizado de fórum de liberdade e democracia, mas como sustentáculo de poder. McChesney (2003, p. 230/ 231/ 233) caminha nessa direção:

As corporações têm a vantagem adicional de controlar os próprios meios de comunicação, que seriam os veículos nos quais os cidadãos esperariam encontrar críticas e discussão de políticas de mídia numa sociedade livre. O registro histórico mostra que as corporações usam seu domínio dos meios de comunicação em benefício próprio, cimentando assim sua vantagem política. [...] O surgimento de um sistema de mídia tão altamente concentrado nas mãos de grandes interesses privados viola, de forma fundamental, qualquer noção de imprensa livre na teoria democrática.

Estudar a mídia na perspectiva da teoria do discurso criada por Pêcheux (1969) nos permite refletir sobre as regiões de sentido tidas como legítimas e verdadeiras, questionando os sentidos dominantes definidos como verdade absoluta e como retrato objetivo da realidade; indagando as palavras (e as sombras

delas) sustentadoras de um modo de dizer, que é apresentado como confiável e único possível de ser dito; interpretando os processos de naturalização de dizeres que servem a projetos e hegemonias e, por fim, inscrevendo uma escuta de como as sombras das palavras significam e fazem falar efeitos de sentido que reclamam interpretação.

### III) O DISCURSO JORNALÍSTICO EM CENA

Existem estudos significativos sobre o discurso jornalístico desenvolvidos com o referencial teórico-metodológico da Análise do Discurso francesa. Os trabalhos de Pêcheux (1997), Voese (1998), Mariani (1998), Furtado (2000), Silva (2001), Guimarães (2001), Romão (2002), Gregolin (2003), Payer (2005) delinearam um percurso caudatário de investigação a respeito do tema. Com o apoio deles, lançamos hipóteses interpretativas sobre as imagens, posições-sujeito e efeitos de evidência que circulam no discurso jornalístico, buscando uma reflexão especialmente centrada na questão da ideologia.

Grosso modo, o trabalho da ideologia (PÊCHEUX, 1969) é tornar natural um determinado sentido e criar um efeito de evidência para ele, marcando um impedimento de o sujeito supor que os sentidos poderiam ser outros, diversos daqueles que se estabelecem como dominantes ou já-legitimados. Assim, o discurso jornalístico faz circular uma suposta coincidência entre os atos de linguagem e os fatos puros, instalando o mote da transparência e da univocidade, como se não existissem outros modos de dizer, relatar, narrar fatos, entrevistar personalidades, cobrir acontecimentos, fazer reportagens. Dessa forma, apagam-se os enunciados das e sobre as “sombras” das palavras, seus equívocos, suas fissuras, sabotando a possibilidade de a imprecisão, a inexactidão, os não-ditos e o silenciamento serem falados.

Assim, vivemos a ilusão da liberdade do dizer, porque nos falta a ‘tinta vermelha’, a linguagem própria através da qual pode-



riamos formular nossa ausência de liberdade. Ou seja, nossas formulações servem para mascarar e sustentar nossas verdades pela presença de um alhures, de um ausente que efetivamente conforma nosso dizer, e é este verdadeiramente o trabalho da ideologia” (MALUF-SOUZA, 2005, p. 8).

Cria-se, então, um ideário em que, ao sujeito-consumidor do discurso jornalístico, resta acreditar que existe uma correspondência termo a termo entre as palavras e o mundo, entre os relatos e os fatos. Visto dessa forma, o discurso jornalístico marca um lugar supostamente constituído pela ausência de sombras, em que as palavras impressas fidelizam os fatos, em que os relatos correspondem à verdade pura e em que um poder está permanentemente funcionando como uma credencial simbólica de verdade. Não seria difícil levantar exemplos do efeito de legitimidade expresso em formulações que circulam socialmente, como por exemplo “saiu no jornal”, “eu vi no programa de tv”, “apareceu no telejornal” etc, que, ditas no contexto da comunicação global, como já vimos, funcionam virtualmente como efeitos de garantia de certificação, de grife de prestígio e de fonte de legitimidade, emprestados da voz poderosa da mídia e transferidos àquele que lê, assiste, compra, assina, enfim, consome um midiático.

Tal imaginário de certificação e de veracidade coloca o órgão de imprensa em uma determinada posição, qual seja, um lugar de prestígio, de saber e de poder em que existe um mérito já dado *a priori*, fazendo falar a representação da verdade, independente do que diga, de como produza sentido, de quais efeitos movimentem-se nos registros midiáticos, de que significantes lancem mão para elaborar a costura dos dados, da credibilidade das fontes e de quais recursos use para editar a informação de um determinado modo.

Assim, nos jornais se reassegura a continuidade do presente ao se produzirem explicações, ao se estabelecerem causas e consequências, enfim, [...] ao se didatizar o ‘mundo’ exterior o tempo em que os fatos acontecem. Dizendo de outro modo, a ‘objetivi-

dade' dos fatos, ie, sua evidência de visibilidade, resulta inevitavelmente de um gesto interpretativo que se dá a partir de um imaginário já constituído (MARIANI, 1998, p. 63).

Recuperamos o conceito de formações imaginárias, criado por Pêcheux (1969), que define serem as posições-sujeito traçadas a partir de um retrato virtual que o sujeito traça para si mesmo e para seu interlocutor. Na relação mídia e consumidor da informação, temos duas posições em situação de assimetria: a primeira ocupa um lugar de poder, ou melhor, do poder de narrar a realidade com palavras sem sombra(s); ao segundo cabe o lugar, antecipadamente imaginado como espectador, leitor, ouvinte ou internauta, sempre consumidor, crédulo, voraz e necessitado de informações, que está sempre prestes a recebê-las, em qualquer tempo e lugar, em um fluxo contínuo de informações que não pode ser interrompido. Ao saber-e-poder-a-mais (BUCCI, 2004) da mídia corresponde um suposto saber-e-poder-a-menos do leitor, combinando as seguintes imagens: à primeira está dada a potência de traçar relatos, escolher o que merece divulgação, selecionar os fatos tidos como meritórios de destaque na atualidade e fazê-los circular em suportes tecnológicos de alcance largo e rápido.

Ao estabelecer-se em um lugar de poder, respondendo à pergunta *“quem sou eu para que lhe fale assim”* (PÊCHEUX, 1969) com assertivas de eficácia, exatidão, objetividade e informatividade, a mídia potencializa-se como aquela que faz falar a univocidade, apagando a luta de diferentes dizeres e a heterogeneidade de várias vozes (ROMÃO, 2005), características do processo de constituição dos relatos jornalísticos. Sob o signo da ideologia, toma para si o papel de “esconder” outras maneiras de nomear, dizer e formular. Respondendo à segunda pergunta proposta por Pêcheux (op. cit.) – *“quem é ele para que eu lhe fale assim?”* –, tem-se o desenho imaginário do leitor-consumidor, isto é, dono de um não-saber e de um não-poder dizer com a mesma potência com que a mídia o faz. Ele não está próximo aos fatos do mundo, não

os pode acompanhar ao vivo nem de perto, não tem a chance de entrevistar autoridades, não pode entrar em lugares de acesso restrito, não convive com os famosos e, por isso, é virtualmente traçado como aquele que pede emprestados os olhos da mídia para ter acesso a paisagens, acontecimentos e dizeres que ele próprio não teve o poder de observar, de ver com seus próprios olhos e de enunciar por si só.

Duas posições que sustentam o mesmo mecanismo de dar e receber, enunciar e repetir, falar e refletir a imagem do outro, visto que se a mídia tem “a informação e a verdade” nas mãos (dois capitais valiosos), se lida com os acontecimentos de verdade, se está próxima deles e se detém o aparato tecnológico atual capaz de transmiti-los, como discordar de que ela é a fonte de dizeres verossímeis e confiáveis sobre a realidade? Essa grande geradora de dizeres ocupa o lugar de fonte dos sentidos e fecunda a tarefa de informar, amamentar e dar nutrição de palavras àquele que ela implicitamente desenha como interlocutor, a saber, mero depositário da informação, colocando-o como aquele que não é e, por isso mesmo, precisa ser informado, submetido ao poder da genitora mídia e do seu corpo simbólico.

Como consumidor do comércio de relatos, ao segundo caberia o papel de receber, engolir, ser depositário do discurso no qual a mídia se inscreve e da formação ideológica (PÊCHEUX, 1969) à qual se alinha, sabendo de antemão que o poder dela deriva do fato de que não são todas as pessoas que estão autorizadas a falar na tv, a dar entrevistas nos programas de rádio, a apresentar um telejornal, a escrever na revista, a assinar um artigo no jornal, a ter um blog jornalístico etc. Assim, como tal acesso é distribuído desigualmente no país, um imaginário de prestígio e poder é potencializado e associado àqueles que têm seu rosto ou nome estampado nos meios de comunicação e/ou àqueles que têm a propriedade da empresa de comunicação.

No jogo de antecipação das formações imaginárias, a voz da

mídia coloca-se como onipotente, atribuindo a si mesma o poder de gerar relatos e versões sobre a realidade e fixá-los, inscrevendo certos sentidos em lugar de outros, naturalizando certas imagens e, na torção, silenciando outras. Ao mesmo tempo, o leitor é deslocado para a condição de consumidor, isto é, no lugar daquele que paga pelo empréstimo de um relato que não viu, de uma cena que não presenciou, traduzindo esse empréstimo do olho e da voz alheia como atribuição de poder. Destacamos, assim, uma espécie de nutrição permanente, em cujo papel central encontra-se uma, a palavra da mãe-mídia a deslocar grande quantidade de informações para seus fetos-consumidores em permanente processo de gestação. O cordão umbilical da palavra relatada e informada pela primeira supriria qualquer sombra de dúvida do segundo, dispensá-lo-ia de qualquer esforço de compreensão ou interpretação e apagaria qualquer movimento de rebeldia ou desacordo, visto que diante da potência que já descrevemos anteriormente, não há espaço nem necessidade de contestação, posto que, como sustenta Mariani (1998, p. 45):

A mídia funciona, neste sistema, como um elemento fundamental na representação e re-produção dos ‘consensos de significação’ resultantes de hegemonias políticas ou, ao contrário, participa da sua dissolução. Um elemento que está em jogo, portanto, é o tempo: passado e projeções de futuro se entrecruzam no cotidiano jornalístico, que vai montando e reconfigurando leituras da história e da política, na tentativa de explicar/didatizar os acontecimentos, ou seja, construindo um sentido ‘natural’ para a instabilidade do presente.

Não sem razão esse poder é atribuído aos órgãos de comunicação, não por acaso tal imaginário é tecido, não é à revelia das condições de produção que os sujeitos enunciam de lugares sociais que lhes são possíveis, autorizados e permitidos. A textualização de coberturas jornalísticas (e aqui vale interpretar o termo “cobertura” que aparentemente instala os efeitos de cobrir

como sinônimo de “trabalho de reportagem realizado no local de ocorrência do fato a ser noticiado”, mas também deixa escapar o sentido de encobrir, esconder, revestir uma superfície que ficou ocultada, tampada, escondida) em reportagens, notícias, chamadas, legendas, chapéus da notícia (ROMÃO, 2005) etc, inscrevem sujeitos e discursividades afetadas pelo poder econômico, pelos interesses políticos e pelas chancelas de representações imaginárias que engendram a instância ideológica do(s) dizer(es).

Assim, sabendo que duas ordens de poder – econômico e político – combinam-se engendrando na topologia das imagens de prestígio e potência, marcaremos agora a dimensão que tal combustível assume, se tomarmos os protocolos assumidos pela sociedade globalizada, em que a informação seria a mola propulsora capaz de desfronteirizar, retirar os limites, romper as barreiras do espaço, encurtar o tempo e integrar todos os cidadãos em uma grande aldeola. Segundo Payer (2005, p. 15-16), entra em cena, na sociedade contemporânea, um novo modo de ser sujeito, diferente de outros inscritos ao longo da história:

Tudo indica que um novo Texto vem adquirindo o valor de Texto fundamental na sociedade contemporânea: um texto cujo poder de interpelação sobre os indivíduos vem se equiparando àquele que o Texto sagrado ocupa na ordem religiosa, na Idade Média, e que o Texto da lei jurídica ocupa na ordem do Estado Moderno. Este grande texto da atualidade, no meu modo de entender, consiste da Mídia, daquilo que está na mídia, em um sentido amplo [...] O valor que a sociedade vem atribuindo à mídia – ou o poder de interpelação que a Mídia vem exercendo na sociedade – passa a assegurar-lhe o papel de Texto fundamental de um novo grande Sujeito, o Mercado, agora em sua nova forma globalizada.

Tem-se, assim, um cenário histórico em que a mídia toma para si o papel de braço sustentador do mercado, fazendo falar imagens, slogans, propagandas, ícones e heróis que possam alimentá-lo. Também ovaciona a liberdade como ingrediente

constitutivo da sua prática – liberdade de imprensa é um dos muitos indícios disso – combinando-a com o efeito de liberdade do cidadão global, falado como habitante de um aqui e um lá ao mesmo tempo e como sujeito sem outra morada que não o deslocamento. A medida de ser livre tem relação direta com os atos de comprar, consumir e deslocar-se no plano privado, tendo desligado seus vínculos com a ordem pública ou com as questões coletivas.

Ao perfil de uma instância onipotente, em que pode-se dizer sem fronteiras, pode-se enunciar sem limites, em que é possível apagar as sombras das palavras, deixando-as totalmente claras, objetivas e exatas, em que pode-se “escolher” a melhor imagem, em que autoriza-se a circulação da mais fiel fotografia para retratar a realidade, em que é possível “selecionar” a quem será dado espaço e voz, soma-se uma imagem de sujeito, dita assim por Payer (op. cit, p. 20):

Esta ilusão vai configurando uma forma-sujeito voraz, que tudo quer fazer, tudo quer saber, tudo quer ter, tudo quer ver, tudo quer... tudo quer.. na crença ilusória de que um dia vai atingir a plenitude suposta no sucesso. Nota-se portanto nesse jogo em pleno funcionamento o ideal de sujeito determinado.

Essas duas imagens de potências -mídia sustentadora e sujeito voraz consumidor- retroalimentam-se, movimentam a roda d'água da tagarelice midiática e promovem o excesso de exposição de dizeres (e, no avesso, uma falta sempre atualizada que nunca é falada como tal), visto que funcionam e ocupam virtualmente a posição de fonte e receptáculo da informação. Em todos os lugares, ao mesmo tempo (agências internacionais suprem as deficiências das editorias em várias partes do globo), há uma exposição de relatos que inscrevem uma discursividade de que “tudo” será documentado pela mídia e consumido pelo seu interlocutor, de que háverá um registro de “todos” os temas

merecedores de atenção, de que o “melhor” ângulo será apresentado, de que o local “mais” próximo da cena está sob controle do jornalista, tornando ovacionado o lugar da objetividade e apagando as sombras dos registros e das palavras.

Interpretar o discurso jornalístico possibilita olhar outros sentidos além daqueles que já cravaram seus efeitos de evidência, investigando, como vimos até aqui, o modo como eles engendram imagens e representações e ditos. Significa levar em conta o sentido de que uma reportagem sempre traz, em seu bojo, o silenciamento de outros modos de dizer e de outros dizeres, o apagamento de outras formulações para o mesmo fato, o banimento de outras vozes a entrevistar e o esquecimento de que outras tantas pautas seriam possíveis. Também é sinônimo de indagar como se sustentam os imaginários desenhados até aqui, a saber, referencialidade, fidelização ao real, onipotência e onipresença.

Nessa tarefa, desenha-se o gesto de interpretar, de ler os indícios da ordem da história na ordem da língua, de instar o político à condição de elemento constitutivo da linguagem e do funcionamento dela. Por fim, de estar entre as palavras e as sombras delas, acompanhando seus movimentos, “bolas de sabão, conchas de que mal se sente a respiração, troncos cortados”.

#### **IV) NAS TRAMAS DA FICÇÃO**

Postas algumas considerações sobre a mídia e o discurso jornalístico, nos debruçaremos sobre a obra *“As intermitências da morte”* (2005), de José Saramago, na qual irrompem, em diversas passagens narrativas, referências e considerações sobre a presença, o papel e o discurso da mídia em relação ao inusitado fato deflagrador do enredo: a morte parou de matar. Sim, certo dia, a morte deixa de matar, intervala o seu trabalho de destinar corpos ao fim e deixa os viventes de certo país sem entender o

que está em curso. Assim, durante uma semana, cotidiano, vida, doença, família, expectativa, Estado, segurança, saudade, futuro e outros significantes candentes à atenção humana passam a ser ressignificados pela ausência da mulher-caveira. A voz dos meios de comunicação de massa dá-se desde o primeiro momento em que o acontecimento discursivo (PÊCHEUX, 1997) do não-morrer é descoberto, colocando em funcionamento algumas características da sociedade contemporânea como já pontuamos anteriormente.

Em poucos minutos, já estavam na rua, dezenas de repórteres de investigação fazendo perguntas a todo o bicho-careta que lhes aparecesse pela frente, ao mesmo tempo que nas fervilhantes redações as baterias de telefones se agitavam e vibravam em idênticos frenesis indagadores. Fizeram-se chamadas para os hospitais, para a cruz vermelha, para a morgue, para as agências funerárias, para as polícias, para todas elas, com compreensível exclusão da secreta, mas as respostas iam dar às mesmas lacônica palavras. Não há mortos (SARAMAGO, 2005, p. 13/14).

O telefone tocou, era o ministro do interior, Senhor primeiro-ministro, estou a receber chamadas de todos os jornais, disse, exigem que lhes sejam fornecidas cópias da carta que acaba de ser lida na televisão em nome da morte (op. cit., p. 103).

Os recortes apresentam, na materialidade lingüística, indícios de uma tensa movimentação em busca de informações, verdadeira caça a fontes diversas que coloca em funcionamento o imaginário da onipotência (poder estar em contato com o mundo todo para saber sobre a morte) e onipresença (poder estar com a voz espalhada por toda parte para relatar o que se descobriu sobre a morte, o que aconteceu com ela, ou até mesmo o que se supõe tem ocorrido): “Fizeram-se chamadas para os hospitais, para a cruz vermelha, para a morgue, para as agências funerárias, para as polícias, para todas elas”. A pretensão da mídia de escutar todas as vozes, de checar todas as fontes, de consultar



todos os envolvidos e de ter rastreado todos os vestígios do fato combina-se com a possibilidade de circulação instantânea dos relatos, transmitidos por um forte aparato tecnológico, ou seja, pelas “baterias de telefones” que “se agitavam e vibravam em idênticos frenesis indagadores”. “Em poucos minutos” inscreve discursivamente um dado importante da ordem social, a saber, a noção de tempo acelerado, presentificado como fluxo contínuo, como gerúndio eterno, seja nas “ruas, hospitais, cruz vermelha, redações” etc.

As “dezenas de repórteres de investigação fazendo perguntas a todo o bicho-careta que lhes aparecesse pela frente” fazem a conexão das vozes que circulam no espaço público, lócus de observação e fiscalização da realidade, e daquelas que encontram-se em um lugar mais reservado, a saber, a redação do jornal, lugar das várias vozes entremeadas em um só dizer. Esses dois locais interligam-se, fazendo chamadas diversas (*O telefone tocou, era o ministro do interior, Senhor primeiro-ministro, estou a receber chamadas de todos os jornais*), reclamando personalidades a depor, creditando autoridade para suas mercadorias-informações, atribuindo consistência e confiabilidade aos seus dizeres, enfim, apagando a não-neutralidade dos relatos jornalísticos e a posição que o discurso jornalístico encerra. Há, ainda, o efeito de ter a mídia um poder já constituído em si mesma, o que a creditaria a cobrar qualquer informação de qualquer órgão ou pessoa a qualquer momento, exigir documentos e colher dados até mesma da morte: “exigem que lhes sejam fornecidas cópias da carta que acaba de ser lida na televisão em nome da morte”.

Os recortes acima marcam a inscrição sócio-histórica de alguns sentidos da comunicação global, a saber, velocidade, instantaneidade na divulgação de dados, cobertura “completa” dos fatos e desenvolvimento tecnológico dos equipamentos de transmissão (*as baterias de telefones, telefones, televisão*). Também fazem falar um modo de circulação dos discursos, nesse caso,

promovendo o que Mariani (1998:66) chama de “circulação de consensos de sentido. Isso perpassa os jornais como um todo [...] e organiza uma direção na produção dos sentidos políticos.” Sentidos sobre o político, que serão observados no recorte abaixo:

[...] limitou-se a pedir os dois documentos para serem passados ao teleponto, esse meritório aparelho que permite criar a presunçosa ilusão de que o comunicante se está a dirigir directa e unicamente a cada uma das pessoas que o escutam. O director-geral respondeu que neste caso o teleponto não iria ser utilizado. Faremos a leitura à moda antiga, disse (SARAMAGO, 2005, p. 98/99).

No recorte acima, aparece uma outra marca da tecnologia (teleponto) capaz de instalar a ilusão da realidade pura e ao vivo dos acontecimentos e a literalidade do sentido único, envolvendo a voz da televisão, o dizer do apresentador e o espectador de maneira instantânea, desfronteirizada sem distinção, promovendo efeitos de verdade, aproximação e espaço compartilhado, conforme veremos no trecho abaixo:

O realizador ordenou silêncio. Às vinte e uma horas exactas surgiu, acompanhado pela sua inconfundível música de fundo, o fulgurante arranque do telejornal, uma variada e velocíssima seqüência de imagens com as quais se pretendia convencer o telespectador de que aquela televisão, ao seu serviço as vinte e quatro horas do dia, estava, como antigamente se dizia da divindade, em toda a parte e de toda a parte mandava notícias (SARAMAGO, 2005, p. 98/99).

O poder mágico da mídia, onipotência e onipresença, corporifica-se na formulação “*como antigamente se dizia da divindade*” e combina-se com a voracidade por dizer, com a necessidade de produzir noticiários e fazê-los circular vinte e quatro horas por dia, ainda que seja “investigação fazendo perguntas a todo o bicho-careta que lhes aparecesse pela frente”. Melhor dizendo,

até mesmo o dizer de um bicho-careta interessa à gula midiática, o que põe em funcionamento o interesse pelo exótico, estranho, exagerado, fora do comum que hoje toma parte dos temas diletos dos noticiários. Desenha-se, nos entre-meios da narrativa sobre a aposentadoria momentânea da morte, o discurso e a imagem que a mídia atribui e traça para si mesma, a saber, a porta-voz dos fatos da realidade ou, para melhor nitidez empregar nesse auto-retrato, alardeando-se como a própria realidade desprovida de sombra de dúvidas ou de borrões de interesse, quais sejam.

Retomamos o conceito de ideologia, proposto pela teoria do discurso, pontuando que essa voz, que ordena o silêncio e surge como oráculo da verdade, pretende “convencer o telespectador de que aquela televisão, ao seu serviço as vinte e quatro horas do dia”, reserva-lhe a melhor parte dos acontecimentos, o ângulo mais preciso, a autoridade mais gabaritada para opinar, o especialista mais confiável no assunto, o depoimento mais emocionante etc, fazendo de conta que tudo encontra-se enquadrado na tela ou na página impressa como registro evidente da realidade. Vale lembrar que não estamos diante de uma escolha livre ou ingênua do sujeito em relação aos sentidos que “escolhe” e enuncia, mas do modo como a ideologia funciona, promovendo a compreensível exclusão de certos sentidos, naturalizando outros, indicando as trilhas por onde o sujeito tem apoio e solo da memória discursiva para pisar o sentido dominante, buscando conter informações indesejáveis, equívocos, imprecisões, furos, enfim, buscando esquecer e fazer apagar as sombras das palavras.

Nesse horizonte, à mídia seria possível patrulhar a realidade vinte e quatro horas por dia com agilidade invejável, documentando os movimentos dela, remetendo notícias frescas ao outro, constituindo-se como um lugar de vigilância interminável, capaz de dizer de/sobre toda parte, todos os temas, enfim, tudo, o que faz falar uma potência sem limites. Vale aqui destacar que a formulação “*em toda a parte e de toda a parte mandava notícias,*”

funciona discursivamente de modo a sabotar a distância física entre a voz da mídia e a voz do seu interlocutor, fundindo os dois na ilusão de uma simbiose e, ao mesmo tempo, instala uma outra ordem, a de uma distância, isto é, a assimetria de poder entre as duas vozes em jogo, visto que a segunda é apenas receptora da primeira. Como já dissemos, a ideologia é o mecanismo que faz funcionar; movimentam-se aqui as representações imaginárias: da mídia como geradora de relatos fidedignos em sintonia com a verdade do mundo, e do seu interlocutor como não conhecedor e, por consequência, aprendiz e absorvente da primeira.

O verbo mandar (mandar notícias) tem como implícito o sentido de que a mídia está perto do fato e o seu interlocutor, longe, tão longe, que precisa receber notícias e informações. Os sentidos dispersos, que poderiam vir-a-ser, precisam ser condensados, ordenados, disciplinados e legitimados, daí a mídia mandar notícias e também mandar na escolha das mesmas. A polissemia do “mandar” funciona de modo a tocar a questão do poder, isto é, há uma voz que manda, ordena, exige e “escolhe” o que deve e pode circular.

Os jornais, nem seria necessário dizê-lo, tiveram uma procura enorme, maior ainda do que quando pareceu que se tinha deixado de morrer [...] estas páginas convulsas, agitadas, manchadas de títulos exclamativos e apocalípticos que se podem dobrar, guardar no bolso e levar para reler em casa com todo o vagar e de que nos contentaremos com respingar aqui estes poucos mas expressivos exemplos, Depois Do Paraíso O Inferno, A Morte Dirige O Baile, Imortais Por Pouco Tempo, Outra Vez Condenados À Morte, Xeque-Mate, Aviso Prévio A Partir De Agora, Sem Apelo e Com Agravo, Um Papel De Cor Violeta, Sessenta E Dois Mil Mortos Em Menos De Um Segundo, A Morte Ataca À Meia-Noite, Ninguém Foge Ao Seu Destino, Sair Do Sonho Para Cair No Pesadelo, Regresso À Normalidade, Que Fizemos Nós Para Merecer Isto, et cetera, et cetera. Todos os jornais, sem exceção, publicavam na primeira página o manuscrito da morte, mas um deles, para tornar mais fácil a leitura, reproduziu o texto em letra de forma

corpo catorze dentro de uma caixa, corrigiu-lhe a pontuação e a sintaxe, acertou-lhe as conjugações verbais, pôs as maiúsculas onde faltavam, sem esquecer a assinatura final, que passou de morte a Morte, uma diferença inapreciável ao ouvido, mais que irá provocar nesse mesmo dia um indignado protesto da autora da missiva, também por escrito e no mesmo papel de cor violeta. Segundo a opinião autorizada de um gramático consultado pelo jornal, a morte, simplesmente, não dominava nem sequer os primeiros rudimentos da arte de escrever (SARAMAGO, 2005, p. 110/111).

A “*procura enorme*” pelos jornais marca como o movimento das representações imaginárias de mídia e sujeito-leitor, já definidas anteriormente, é pontuado pela voracidade tanto de dar relatos quanto de recebê-los, e como isso é de tal modo convincente, que garante uma suposta aproximação, identidade e cumplicidade entre ambas, “maior ainda do que quando pareceu que se tinha deixado de morrer”. Melhor dizendo, o relato midiático é mais comentado que o próprio fato em si. As páginas impressas, “páginas convulsas, agitadas, manchadas de títulos exclamativos e apocalípticos”, instalam a discursividade do presente-contínuo documentado, em que a tagarelice midiática é ela própria o fato. A possibilidade de ter o fato nas mãos, de “*guardar no bolso e levar para reler em casa com todo o vagar*” parece completar a moldura desse modo de funcionamento de modo a expor excessivas formulações de impacto com o apelo de, com o efeito de urgência, seduzir o seu interlocutor.

Nesse recorte, a exposição de diferentes manchetes materializa os vários modos de formular um relato sobre “*as intermitências da morte*” e de recortar a memória (interdiscurso), possibilitando maneiras diversas de inscrever sentidos para e de ler o mesmo fato, de enovelar-se na teia na linguagem e de dar formas, também plurais, aos gestos de leitura. Esses exemplos de manchetes criativas fazem falar sentidos possíveis para um sujeito na posição de poeta-ourives da prosa, mas certamente

não seriam aceitos nem publicados dessa forma por um sujeito-editor, visto que, pelo muito de polissemia que encerram, seriam tidos como pouco ou nada afeitos às noções de exatidão, objetividade, referencialidade etc., que, em geral, supõe instalar a voz midiática e a voz daqueles que se enredam nas tramas dela. As formulações “Depois Do Paraíso O Inferno, A Morte Dirige O Baile, Imortais Por Pouco Tempo, Outra Vez Condenados À Morte, Xequemate, Aviso Prévio A Partir De Agora, Sem Apelo e Com Agravo, Um Papel De Cor Violeta, Sessenta E Dois Mil Mortos Em Menos De Um Segundo, A Morte Ataca À Meia-Noite, Ninguém Foge Ao Seu Destino, Sair Do Sonho Para Cair No Pesadelo, Regresso À Normalidade, Que Fizemos Nós Para Merecer Isto, et cetera, et cetera.” instalam a polissemia e o jogo dos sentidos sempre outros – modos de dizer imprevisíveis para um relato jornalístico “ao pé da letra” e do fato – e combinam-se com a história narrada visto que, depois que a mulher-caveira abandonou os mortais, agora transferidos a condição de imortais, inúmeros problemas sacudiram as instituições e a vida social. Todas essas manchetes criativas e provocantes convergem para duas sinalizações teóricas muito caras à Análise do Discurso: o dizer é uma possibilidade dentre várias, pois há, na essência da linguagem, vários modos de formular e, escolhendo um, o sujeito silencia os demais (ORLANDI, 1997), assim, o sujeito “esquece” que outros sentidos são possíveis, “escolhendo” apenas um, o que supõe ser mais evidente, adequado e exato. Ao esquecer os outros sentidos e dizer de um único modo, o sujeito é levado à ilusão de que tudo disse, de que o seu relato encerra plenamente o registro do fato e de que há uma coincidência entre o que diz e o que pensa, ilusões de literalidade e vidência, que Pêcheux (1997b) cunhou de esquecimentos 1 e 2, efeitos da ideologia.

A interpelação ideológica leva o sujeito do discurso jornalístico a inscrever sentidos de completude, inteireza, preenchimento e clareza em relação aos fatos da realidade, visando

a dizer tudo sobre eles, o que reforça, como já vimos, a imagem que a mídia tem de si e do seu interlocutor. Nesse funcionamento, observamos a ritualização das palavras tidas como as mais claras “para tornar mais fácil a leitura”, a legitimação do efeito parafrástico (ORLANDI, 2003) ao invés da polissemia, visto que “Todos os jornais, sem exceção, publicavam na primeira página o manuscrito da morte”.

Já que a publicação da missiva é feita por todos os jornais, precisamos interpretar o pronome “todos”. Discursivamente essa marca põe em funcionamento os efeitos de mesmice, repetição de relatos que circulam sem muita alteração em vários jornais. Temos aqui uma inscrição social do modo como a comunicação global instala sentidos sobre o mundo, em geral, buscando imagens e depoimentos em fonte como as agências nacionais e internacionais, que descarregam os mesmos dados para “*todos*”, o que gera certa pasteurização dos mesmos sentidos, visto que apenas uma zona do interdiscurso é recortada. Em geral, esse mesmo copiado e repetido promove o reforço de apenas um modo de relatar, naturaliza uma única região de sentidos que passa a ser aceita como “consenso”. Ao fazer essa leitura, estamos interpretando o modo de a mídia instalar uma suposta ordem, ou seja, estruturando, pela via da linguagem, uma única maneira de organizar e dizer os fatos do mundo. Ordem que se desloca do fazer midiático para o seu objeto (a realidade) e depois para a linguagem que deverá ser empregada para documentá-lo. “Reproduziu o texto em letra de forma corpo catorze dentro de uma caixa, corrigiu-lhe a pontuação e a sintaxe, acertou-lhe as conjugações verbais, pôs as maiúsculas onde faltavam, sem esquecer a assinatura final, que passou de morte a Morte” materializa esse modo de instalar sentidos de ordem e normatização no próprio corpo da língua, marcado por apenas uma fôrma aceita para circular socialmente, dominado em suas irregularidades, tido como controle para, assim, inscrever apenas um modo “correto” e uma forma

“aceita” de dizer. A grafia, a pontuação, a estrutura da carta, o vocabulário e as frases são patrulhados como instâncias em que o uso da linguagem e o sentido precisam ser contidos e, mais, carecem de obediência a um roteiro de regras previamente aceito (que são os manuais de redação e estilo senão uma outra face disciplinadora desse mecanismo?). Poderíamos perguntar: aceito por quem? Em relação a que outro modo de escrever? Em relação a qual outro modo de escrever e de usar socialmente a língua? Com que autoridade certo jornal altera o nome da morte para torná-lo escrito com letra maiúscula? O modo como funciona a revisão da língua faz falar a metáfora da forma como a mídia auto-retrata-se, a saber, com o poder de ditar, mandar, constituir, formular e fazer circular relatos.

“Segundo a opinião autorizada de um gramático consultado pelo jornal, a morte, simplesmente, não dominava nem sequer os primeiros rudimentos da arte de escrever.” É a certificação do saber consultado pelo jornal, disposto aqui como dizer de autoridade, legitimado como referência de um especialista que se gabarita como melhor conhecedor da língua que a própria morte, o que, no limite, provoca o riso: como um gramático se arvora a saber mais do que aquela que lhe dá cabo à vida e, assim, enterra o uso que ele mesmo faz da própria língua e vida? Assim, circula em consonância com o imaginário exposto até aqui, uma voz com conhecimento bastante valorizado, que amplifica verdade única, modo exato de relatar e explicar o mundo, forma correta de escrever e potência que supera o próprio fim.

“Como os jornais não se esqueceriam de escrever, virava-se uma página da história” (SARAMAGO, 2005, p. 121).

A seqüência “*Como os jornais não se esqueceriam de escrever*”, lida pelo seu avesso “*como os jornais insistem em lembrar*”, faz falar a obstinação com que a mídia afirma o seu papel em permanecer alerta para registrar, de maneira tida como ininterrupta os fatos da realidade. Assim, o sujeito marca que o discurso jorna-



lístico promove o não-esquecimento do seu valor e da sua voz, narrando-se a si mesmo como necessário e imprescindível para a compreensão, normatização e estabilização de certos sentidos. Além disso, também engendra-se, no dizer jornalístico, um efeito de urgências: não esquecer, repetir sempre, insistir para que algo continue a falar, tagarelar o mais que pode, dizer sobre tudo o tempo todo e, por fim, afastar a possibilidade de que a falta apareça, que o não-dito seja aventado, de que o que ficou fora signifique tanto quanto o que foi escrito. Enfim, de que as sombras das palavras possam ser lembradas em sua espessura significativa.

Teria sido, sem dúvida, uma boa e honesta manchete para o jornal do dia seguinte, mas o diretor, após consultar com o seu redator-chefe, considerou desaconselhável, também do ponto de vista empresarial, lançar esse balde de água gelada sobre o entusiasmo popular. Ponha-lhe o mesmo de sempre, Ano Novo, Vida Nova, disse (SARAMAGO, 2005, p. 17).

Nesse fragmento, encontramos pistas do processo de edição da notícia e também de constituição do discurso jornalístico, em que várias vozes são colocadas em uma linha de montagem, sendo o editor aquela voz que está autorizada a promover recortes e supressões, ou seja, aquela que autoriza ou não o dito final. Fala mais alto do que *“uma boa e honesta manchete para o jornal do dia seguinte”* o aval da voz do editor, em geral, filtro que leva em conta o *“ponto de vista empresarial”*, ou seja, os interesses dos conglomerados de empresas do setor e as regiões de poder que precisam ser preservados. Essa voz mediadora também silencia as zonas de sentidos indesejáveis, autorizando palavras e imagens, desaconselhando certa publicação, favorecendo a exposição de outra, enfim, entretecendo todas as vozes coletadas no espaço público – que, como já vimos, fica fora da redação, por exemplo, pessoas entrevistadas, dados coletados, fotos, depoimentos – unindo-as ao espaço, que anteriormente chamamos de mais reservado, de edição dos jornais, revistas etc, ou seja, aquele

circunscrito à redação. É ele que controla e, muitas vezes, tenta apagar a heterogeneidade de vozes (ROMÃO; PACÍFICO, 2005, p. 23) sob a pretensão de criar um relato homogêneo, imparcial e uno, em que os sentidos estejam acordados por efeito imaginário de unidade com um início, meio e final imaginários, em que haja coerência e coesão e em que as palavras digam exatamente a essência das coisas, sem as sombras que nelas (palavras e coisas) sempre existem.

Também destacamos que o sujeito desse discurso marca o modo como os dizeres são selecionados na redação das notícias - “considerou desaconselhável, também do ponto de vista empresarial, lançar esse balde de água gelada sobre o entusiasmo popular, Ponha-lhe o mesmo de sempre, Ano Novo, Vida Nova, disse”, fazendo falar interesses que subjazem ao processo de constituição do discurso jornalístico e que são apagados e silenciados para o leitor. Nesse caso, promover a emergência dos efeitos de otimismo faz com que a publicação impressa enuncie “*Ano Novo, Vida Nova*”. Sinais de novidade instalam um espelhamento, isto é, ao relatar tais votos na passagem do ano, a própria feição da mídia é falada, ou seja, a mídia reforça o seu ofício de fabricação do novo. A compreensão dos processos de significação do discurso jornalístico nos move a interpretar, na materialidade lingüística, as pegadas da inscrição social dos sujeitos, e seus movimentos, os retornos da memória já-lá e os indícios da historicidade.

Como um rastilho, a notícia correu veloz por todo o país, os meios de comunicação vituperaram os infames, as irmãs assassinas, o genro instrumento do crime, choram-se lágrimas sobre o ancião e o inocentinho como se eles fossem o avô e o neto que toda a gente desejaria ter tido, pela milésima vez jornais bem pensantes que atuavam como barômetros da moralidade pública apontaram o dedo à imparável degradação dos valores tradicionais da família, fonte, causa e origem de todos os males em sua opinião, e eis senão quando quarenta e oito horas depois começaram a chegar informações sobre práticas idênticas que estavam a ocorrer em todas as regiões fronteiri-

ças (SARAMAGO, 2005, p. 47).

De novo, o sujeito põe em movimento a imagem de que o discurso jornalístico constitui-se nos efeitos de velocidade e presteza, colocando-o na posição de um correr permanente de relatos e sentidos, de um estar no movimento, de uma circulação febril e bombástica de informações, que correm de fora da redação para dentro dela (estamos falando, por exemplo, das *“irmãs assassinas, o genro instrumento do crime, choram-se lágrimas sobre o ancião e o inocentinho como se eles fossem o avô e o neto”*) e, de novo, tornam a sair da redação, filtradas pela voz do editor em um moto-contínuo, alimentado pelo deslocamento *“veloz por todo país”*. Isso dialoga com o que já definimos a respeito das condições de produção da comunicação global, caracterizada pelos flashes, aceleração e difusão instantânea.

No romance em questão, quando as famílias que não têm condições de manter os moribundos em casa escolhem o caminho de atravessar a fronteira para deixá-los morrer do outro lado, ou seja, no país do lado de lá onde a morte continua a trabalhar em sua tecelagem macabra. Tal solução é satanizada pelos jornais, torna-se uma estratégia recriminada, fica registrada como um sentido a ser desaprovado e os jornais vociferam contra os mortais que querem apenas continuar a ser mortais. A formulação seguinte - *“Pela milésima vez jornais bem pensantes que atuavam como barômetros da moralidade pública apontaram o dedo à imparável degradação dos valores tradicionais da família”* - indicia a existência de um sentido dominante, que se fixa como único aceito e possível, padronizando a repetição e o efeito parafrástico do mesmo, do igual e do único e, ao mesmo tempo, apagando outros modos de enunciar sobre a vida, a morte e as escolhas a respeito de estar em vida ou preferir a morte.

Os meios de comunicação que antes tinham vituperado energeticamente as filhas e o genro do velho enterrado com o neto,

incluindo depois nessa reprovação a tia solteira, acusada de cumplicidade e convivência, estigmatizavam agora a crueldade e a falta de patriotismo de pessoas aparentemente decentes que nesta circunstância de gravíssima crise nacional tinham deixado cair a máscara hipócrita por trás da qual escondiam o seu verdadeiro caráter (SARAMAGO, 2005, p. 48).

Aqui os efeitos de moralidade (“*crueldade*”) e nacionalismo (“*falta de patriotismo*”) são tomados como sentidos dominantes, que se apóiam sobre uma ordem a ser mantida e discursivizam um corpo imaginário de adequação a normas de boa conduta a serem seguidas por todos os cidadãos sem questionamento. Nesse sentido, ao falar sobre a “*crueldade e a falta de patriotismo de pessoas aparentemente decentes*”, a mídia desenha para si mesma o lugar de julgadora de valor e mérito, inscrevendo o vigor das instituições familiares e políticas, marcando a ordem de moral desejada, sustentando-se como autoridade capaz de condenar certas posturas e sentidos, filiando-se a uma formação discursiva que quer disciplinar conduta, satanizar certas escolhas (a liberdade, por exemplo) e dar sustentáculo para outras (a obediência). Seja em relação à família ou à pátria, os poderes precisam ser conservados e tornados potentes, otimizados pela exposição de alguns depoimentos de pessoas comuns e/ou de autoridades políticas, fazendo falar valores da classe dominante, para o que a mídia não se furta. Assim, a voz do sujeito-narrador da ficção problematiza os jogos dos sentidos, nos quais a crítica, a ironia e o riso têm espessura e reclamam significação.

O sentido de ordem faz evocar, não leis e códigos nacionais com o tributo de suas regulações, mas sim significantes como “*cumplicidade*”, “*convivência*”, “*crueldade*”, “*pessoas aparentemente decentes*” que distam dos estatutos jurídicos, o que nos leva a crer que esse é um modo de o discurso jornalístico funcionar, simplificando temas complexos, banalizando apelações e argumentos rasos, instando temas complexos a regiões de dizer já-dadas como óbvias, isto é, recortando as zonas

da memória que são socialmente partilhadas e que estariam “acima” das diferenças e desigualdades sociais. Ao fazer isso, cria-se a ilusão de que família e pátria são valores universais, funcionando como significantes aplicáveis a todos de maneira uniforme e, sendo assim, tais valores podem ser tomados como ajustáveis às necessidades de todos, independente das condições sócio-histórico-ideológicas, por exemplo. De novo, vale ressaltar a presença da tríade objetividade, exatidão e univocidade, que, pelo muito que é cara ao discurso jornalístico, merece ser interpretada, visto que dialoga com as noções de ideologia, a memória e o sujeito como a teoria do discurso postula.

Nos recortes acima, a tagarelice midiática é materializada nas formulações que se seguem: “os jornais têm-se excedido em furiosos ataques contra ela”, “publicou um sisudo editorial”, “Um outro jornal sugeriu às autoridades policiais”, “Outro jornal, rival acérrimo deste último, apressou-se a classificar a idéia de estupidez crassa”, “a televisão aconselhou”. Vemos aqui a necessidade de gerar relatos o tempo todo, que, como já vimos, é indiciária da imagem de um presente em fluxo contínuo e de um gerúndio sem interrupções, ou seja, é preciso noticiar sobre a morte, ora lutando para nomeá-la, ora evocando estratégias de abertura de diálogo com ela, ora indicando mecanismo de patrulhamento da caveira famosa feito pela própria polícia, ora refutando o conteúdo de outros jornais. Enfim, trata-se de um falar e relatar excessivos.

## **V) O FECHAMENTO DESSA EDIÇÃO**

Ao longo desse estudo, buscamos discutir o papel da mídia na sociedade contemporânea, caracterizando-a como um braço sustentador do mercado, como manifestação da cartelização de um setor, como gestora de um imaginário de poder e prestígio, caracterizados pelas noções de onipotência

e onipresença. Também interessou-nos refletir sobre as noções de tempo acelerado e presentificado sem interrupções e espaço desfronteirizado e fluído, ambas inscritas e potencializadas pelo *boom* das tecnologias de informação e pela virulência com que a mídia fabrica seus relatos como mercadorias.

Na seqüência, adentramos a obra "*As intermitências da Morte*", de José Saramago (2005), para observar como é significado o processo de constituição dos sentidos sobre a mídia nessa narrativa. Com a filigrana sempre imprevisível da polissemia e da metáfora, o autor borda significantes de uma saga comovente, na qual jornais e televisão têm espaço reservado e presença marcante, alimentando sentidos observados na contemporaneidade, especialmente na comunicação global, e inscrevendo socialmente regiões de sentido dominante e, no contraponto, efeitos risíveis e de ironia. Guiou-nos, desde o início, o intuito de pensar os atos de linguagem como avesso da transparência e da univocidade, sem a imediateza dos sentidos prévios e distante do nivelamento simplista entre relatos e fatos como se a palavra, no discurso jornalístico, pudesse apreender a realidade apenas de um modo. Antes disso, preferimos estar na zona maldita, em que o dizer é concebido em sua opacificação, pelas bordas de seu avesso e pela/na torção dos significantes, seus limites, seus vires-a-ser outros sentidos e suas sombras, "porque as palavras, se não o sabe, movem-se muito, mudam de um dia para o outro, são instáveis como sombras".

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARBEX JUNIOR, José. **Showrnalismo, a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

BUCCI, E.; KEHL, M. R. **Videologias**. (2004). São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

COURTINE, J. J. **Langages 62 - Analyse du discours politique**. Paris: Li-

brairie Larousse, 1981.

DUPAS, G. **Ética e poder na sociedade da informação** – de como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

FIORI, J. L. **60 lições dos 90 - uma década de neoliberalismo**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Editora Record, 2001.

FURTADO, T. H. **As lacunas de sentido no discurso jornalístico**: do repórter ao editor da Revista Veja. (2000). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado). Departamento de Letras e Lingüística. 132p.

GREGOLIN, M. R. (Org.). **Discurso e mídia** – a cultura do espetáculo. São Carlos: ClaraLuz Editora, 2003.

GUIMARÃES, E. (Org.). **Produção e circulação do conhecimento** - Estado, Mídia, Sociedade. Campinas: Pontes Editores, 2001.

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa**. Campinas: Editora da Unicamp e Editora Revan, 1998.

MCCHESENEY, R. W. Mídia global, neoliberalismo e imperialismo. In: **Por uma outra comunicação- mídia, mundialização cultural e poder**. MORAES, Denis de (Org.). Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

ORLANDI, E. **Análise de Discurso princípios e procedimentos**. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2003.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

\_\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento**. Campinas: Pontes Editores, 1996.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso** - princípios e procedimentos. Campinas: Pontes Editores, 1999.

PAYER, M. O. Linguagem e sociedade contemporânea - sujeito, mídia, mercado. Rua - **Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp** - Nudecri, n. 11, 2005.

PÊCHEUX, M. **O discurso estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1997a.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso** - uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1997b.

\_\_\_\_\_. Papel da memória. In: **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.

ROMÃO, L. M. S. Mais de perto, mil faces secretas sob a face neutra: considerações sobre a heterogeneidade no discurso jornalístico. **Anais ALED 2005**, Santiago, Chile, 2005.

ROMÃO, L. M. S.; PACÍFICO, S. M. R. Da notícia ao discurso jornalístico: a tentativa de silenciar a heterogeneidade. (Artigo enviado para apreciação do conselho editorial da Revista *Fronteiras: Estudos Midiáticos*), 2005.

SANTOS, M. **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

SARAMAGO, J. **As intermitências da morte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SILVA, T. D. da. A língua na escrita jornalística. In: **Produção e circulação do conhecimento - Estado, Mídia, Sociedade**. GUIMARÃES, E. (Org.). Campinas: Pontes Editores, 2001.

SILVERSTONE, R. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Edições Loyola, 2002.

VOESE, I. **O movimento dos sem-terra na imprensa**: um exercício de análise de discurso. Ijuí: Editora Unijuí, 1998.

Recebido em: Julho de 2006

Aprovado em: Outubro de 2006